

	Ação Educativa
	Documentação
CÓDIGO:	03.06.01
	Gha pto
	Data 28/05/01

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA OXFAM GB NO BRASIL

VERSÃO FINAL

São Paulo, novembro de 2000

Proposta apresentada pela Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

Elaboração: Elie Ghanem (Ação Educativa)

Lúcia P. Calil (Sal da Terra – Consultoria em Desenvolvimento Social SC Ltda.)

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1 – MARCO CONTEXTUAL E PROPOSIÇÃO DO PROGRAMA	5
2 – OBJETIVOS DO PROGRAMA	7
3 – ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES E ALINHAMENTO COM A POLÍTICA DE GÊNERO DA OXFAM	8
3.1 – A indiferença da educação em relação às desigualdades	8
3.2 – Medidas de enfrentamento	9
3.3 – Beneficiários	9
4 – DESENHO DO PROGRAMA	11
4.1 – Matriz de Planejamento do Programa	13
4.2 – Enfoques que maximizam o potencial de impacto e otimizam o uso dos recursos	17
4.3 – Linhas para a implementação do Programa	18
5 – ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	19
6 – NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	21
7 – SUPOSTOS, RISCOS E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTÁ-LOS	22
8 – PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS	22
8.1 – Concepção geral do sistema	22
8.2 – Indicadores para o monitoramento do Programa	23
8.3 – Difusão de informações e aprendizagens	23
9 – ORÇAMENTO DO PROGRAMA	24
Anexo 1 – A cobertura educacional no Brasil	25
Anexo 2 – A qualidade da educação / A liberdade em educação	27
Anexo 3 – A escolaridade de homens e mulheres no Brasil	28
Anexo 4 – Indicadores para o monitoramento do Programa	29
Anexo 5 – Orçamento do Programa – Memória de cálculo	33

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA OXFAM GB NO BRASIL

SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta é a proposta do Programa de Educação da Oxfam GB no Brasil, mas o seu alcance ultrapassa o que esta agência poderia fazer sozinha e sob sua direta responsabilidade. Além disso, embora o Brasil seja a referência central do Programa, os principais desafios nele colocados são comuns a diferentes países da América Latina e Caribe. Por toda a região, a cobertura dos serviços educativos está longe de ser universal e resta definir e implementar conceitos de qualidade desses serviços, adequando-os tanto às necessidades econômicas e sociais quanto à ação política e às identidades culturais das populações.

Sem a construção de um tipo adequado de qualidade educativa, a extensão dos serviços aos grupos excluídos frustrará as expectativas depositadas no potencial da educação como estratégia de enfrentamento e superação da pobreza.

O Programa reconhece que os direitos à educação de qualidade para todos estão consagrados na Constituição brasileira e nos acordos internacionais (Jomtien e Dacar) assinados pelo Brasil. Reconhece, também, que estes direitos não se cumprem, persistindo a exclusão de enormes e crescentes contingentes populacionais. Por isso, o objetivo geral do Programa é efetivar os direitos estabelecidos e dele decorrem três objetivos estratégicos de mudança:

Uma educação básica que promova aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações.

Acesso e permanência de todos em escolas de qualidade.

Políticas públicas de educação que respondem às necessidades de aprendizagem formuladas, implementadas e avaliadas com participação da sociedade civil.

Dois enfoques orientam as estratégias elaboradas para a consecução destes objetivos:

Fortalecimento de iniciativas da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de educação.

Apoio a iniciativas inovadoras com a articulação de agentes escolares e não escolares.

Estes enfoques levam a uma educação que enfrente as desigualdades de gênero e outras que são geradas pela pobreza e que a reproduzem, tais como as étnicas, culturais, regionais e de renda.

Os principais beneficiários deste Programa são os grupos de mais baixa renda e incluem crianças, jovens e adultos não atendidos por serviços educacionais, mas também os que estão freqüentando. Abrangem-se também as comunidades escolares, os profissionais da educação básica e pesquisadores, bem como os integrantes de grupos étnicos tradicionais.

As ações do Programa incidem no âmbito nacional, sobretudo em relação a mudanças nas políticas. Nos âmbitos regional e local, a ênfase se dá no estímulo ao desenvolvimento de experiências inovadoras, particularmente na Região Norte e na Região Nordeste.

Com duração prevista para três anos, o Programa convoca à participação de diferentes atores em sua

implementação e, inclusive, no seu financiamento. Estão delimitados os diferentes papéis e responsabilidades da Oxfam, parceiros e aliados.

As linhas de implementação do Programa são: animação de agentes; comunicação; financiamento de projetos; assessoria para formulação de projetos; gerenciamento de um sistema de produção e difusão de informações; e coordenação do Programa. Cada uma destas linhas corresponde a um centro de custos, que foram orçados considerando a contribuição da Oxfam, parceiros e aliados.

Nos anexos deste documento, encontram-se informações complementares sobre a cobertura educacional no Brasil, os conceitos de qualidade e de liberdade em educação, as diferenças de escolaridade entre homens e mulheres, indicadores de monitoramento do Programa e memória de cálculo de seu orçamento.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA OXFAM GB NO BRASIL

1. MARCO CONTEXTUAL E PROPOSIÇÃO DO PROGRAMA

A grave situação de pobreza do povo brasileiro advém principalmente da aplicação de políticas macroeconômicas de ajuste orientadas por instituições financeiras multilaterais, em especial o FMI e o Banco Mundial. Essas políticas acentuam a forte dependência do país em relação ao movimento do capital financeiro no mercado mundial, fragilizam os setores produtivos, ampliam o desemprego e a informalização do mercado de trabalho e deterioram a capacidade financeira do Estado, sobretudo pela importância dos montantes destinados ao pagamento da dívida externa. Levam, portanto, à instabilidade da proteção social e impossibilitam o desenvolvimento de vastos grupos populacionais, inclusive pelas dificuldades impostas ao acesso e melhoria da educação à qual têm direito.

As formas existentes de desigualdade social incluem o acesso aos serviços educacionais, pois os déficits de cobertura dos serviços de educação básica no Brasil são colossais (ver **Anexo 1**).

**Brasil - Pessoas por classe de idade
e freqüência à escola**

Educação infantil e ensino fundamental		
Classe de idade	Total	Freqüentam
Até 4 anos	14.828.032	381.800
4 a 6 anos	9.200.000	4.100.000
7 a 14 anos	25.105.782	24.276.618
15 anos	2.939.649	2.143.074
16 e 17 anos	5.215.300	2.542.857
18 e 19 anos	3.444.739	1.116.690
Total	60.733.502	34.561.039
Ensino médio		
Classe de idade	Total	Freqüentam
15 anos	2.939.649	796.575
16 e 17 anos	5.215.300	2.661.128
18 e 19 anos	3.444.739	1.924.909
20 a 24 anos	3.657.882	1.551.813
Total	15.257.570	6.934.425

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Contagem da população 1996.

**Brasil - Pessoas com baixa escolaridade e pessoas com
necessidades especiais, por freqüência à escola**

Categoria	Total	Escolaridade		Freqüentam
		Analfabetos absolutos	Menos de 1 a 3 anos de estudo	
15 anos ou mais de idade	106.623.851	14.018.960	20.644.961	-
Com necessidades especiais*	15.000.000	-	-	393.400

*Estimativa baseada em critério da Organização Mundial da Saúde

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da população 1996*.

Os aspectos qualitativos dos serviços oferecidos encerram também sérios problemas. Os padrões dos prédios, instalações e materiais escolares empregados apresentam muita variação. São significativas as áreas servidas por escolas sem professores habilitados e inadequadas em termos de espaço construído, água potável, instalações sanitárias, energia elétrica, locais de recreação, ventilação das salas, conforto térmico e acústico etc. Da mesma forma o que diz respeito à disponibilidade de materiais de leitura, de equipamento e de orientação para atividades informatizadas.

Os problemas de qualidade, no entanto, não se esgotam nas condições materiais e de diplomação mínima de professores. Apenas a extensão dos serviços é inócua para o enfrentamento da pobreza, pois as aprendizagens que geram são muito alheias às aspirações e características dos grupos sociais dos educandos. Esses problemas decorrem do predomínio de um modelo de educação baseado na idéia de escola como unidade especializada de transmissão de um conjunto de saberes considerados *a priori* verdadeiros e necessários. Pelo mesmo motivo, a qualidade da educação tem sido quase exclusivamente compreendida como um padrão de rendimento em testes escolares. Porém, em educação como em outros campos, a noção de qualidade é uma construção sociocultural, que pode seguir uma orientação diferente e ser traduzida na ampliação de oportunidades de aprendizagem que respondam a necessidades básicas das populações.

O modelo tradicional de educação transmissora aumenta a distância das práticas escolares em relação ao universo extra escolar. Embora se reconheça que múltiplos agentes cumprem função educacional, seus esforços são isolados e poucas vezes convergem no mesmo sentido. Entre esses agentes, destacam-se as escolas, as famílias e os meios de comunicação de massa. São menos lembrados os serviços de saúde ou de assistência social, os programas voltados para "a cultura", para as relações de trabalho, a geração de renda e emprego, dentre muitos outros, até mesmo as atividades universitárias ou práticas religiosas.

O caráter setorializado das políticas públicas, mantido há muito tempo, além de agravar o isolamento da educação escolar, acentua a descoordenação entre as esferas de governo e entre diferentes órgãos da hierarquia administrativa. Do mesmo modo, dificulta a atuação conjunta entre órgãos públicos e organizações privadas, com e sem fins de lucro.

De modo geral, as políticas educacionais praticamente se confundem com a implementação das reformas propostas por gestores e especialistas a partir dos centros de decisão governamentais. Os professores, categoria central da atividade educativa, são mantidos afastados da proposição de mudanças e relegados à condição de meros executores de diretrizes. Essa falta de mútua influência entre os responsáveis diretos e indiretos das práticas educacionais não significa só a ausência de diálogo intensivo das autoridades e técnicos com os profissionais dos serviços escolares mas, também, constitui práticas educacionais que não resultam da tensão democrática entre Estado e sociedade civil e tampouco de alianças entre órgãos de diferentes setores e esferas governamentais e destes com agentes não governamentais.

Apesar das grandes dificuldades que caracterizam a educação no Brasil, os marcos legais estabelecidos pela Constituição da República a partir de 1988, bem como os compromissos assumidos pelo país nos encontros internacionais, sobretudo em Jomtien (1990) e em Dacar (2000), servem de apoio a ações tendentes a realizar o direito universal à educação. Esses marcos e compromissos convergem particularmente no mesmo sentido do objetivo global fixado pela Oxfam para sua atuação no campo educacional. Assim sendo, pode-se considerar cumprida a tarefa de consagrar determinações legais e posturas oficiais democráticas, que promovam a liberdade, a igualdade e a cidadania em relação à educação. O desafio que se coloca é o da efetivação do direito à educação e dos deveres correspondentes estabelecidos na Constituição e nos acordos internacionais.

Entre os variados fatores que concorrem para que não se cumpram tais disposições, destaca-se a existência de interpretações limitadas a seu respeito, tanto entre os governantes quanto no terreno da sociedade civil. Essa visão limitante se soma à restrição de recursos para a educação em políticas sociais definidas por seu caráter compensatório, decorrentes da aceitação de estratégias de ajuste econômico e de seus efeitos sociais negativos. O Programa de Educação da Oxfam Brasil está proposto de modo a contribuir para enfrentar esses fatores essenciais determinantes de uma educação que não abarca a todos e não se adequa a suas necessidades.

2. OBJETIVOS DO PROGRAMA

A Oxfam tem definido um objetivo¹ que orienta sua atuação em relação à educação: que todas as crianças e jovens vivendo na pobreza exerçam o seu direito a uma educação básica de boa qualidade e que os adultos na mesma situação também tenham acesso a oportunidades educacionais suficientes para ajudar a superar a sua pobreza.² Compatível com esse objetivo, o Programa de Educação Oxfam Brasil estabelece o seguinte objetivo geral: efetivar os direitos educativos consagrados na Constituição brasileira e nos acordos internacionais.

A partir desse objetivo geral, definiram-se os Objetivos Estratégicos de Mudança (OEM). Um deles, referente a idéias e crenças, diz respeito ao conceito de qualidade da educação básica: educação básica como promotora de aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações (ver Anexo 2).

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) abriu a possibilidade de criar e desenvolver novos critérios de qualidade, compatíveis com a concepção e a multiplicação de aprendizagens voltadas à satisfação de necessidades básicas dos indivíduos e sociedades. Este Programa, ao propor o objetivo de alterar a qualidade da educação básica, inclui o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessárias às múltiplas dimensões da vida, bem como o combate a todas as formas de discriminação geradoras de desigualdades e a valorização das diferenças regionais, étnicas, culturais e de gênero.

Outro objetivo do Programa diz respeito a políticas, concretizando o acesso e a permanência de todas as pessoas em escolas de qualidade. Essas políticas implicam a identificação precisa das

¹ TERMO de referência Oxfam GB GB : *draft* : elaboração de uma proposta de programa de educação para a Oxfam GB GN no Brasil. s. l. : s. d. p. 5

² Trabalhar com esse objetivo no Brasil requer levar em conta uma população de cerca de 160 milhões de habitantes e um país que se destaca no cenário internacional por ser um dos que apresentam mais grave desigualdade na

demandas das diferentes categorias sociais, assim como a ampliação da capacidade do Estado de oferecer serviços quantitativamente compatíveis. Implicam também a existência de condições adequadas para que as pessoas freqüentem e permaneçam na escola e para o exercício do magistério (ver Anexo 2)

O Programa também adota um objetivo de mudança em relação a práticas: políticas públicas que respondem às necessidades de aprendizagem são formuladas, implementadas e avaliadas com participação da sociedade civil. Sua proposição supõe que o caráter democrático dessas políticas, sua pertinência e efetivação dependem diretamente das formas que assumem os processos que lhes dão origem. Tais processos sempre se caracterizaram pelo protagonismo exclusivo de restritos círculos de poder, envolvendo apenas autoridades do Estado e especialistas na tomada de decisões. Além disso, tais decisões ficam circunscritas aos órgãos administrativos dos serviços escolares. Dada a indiferenciação dos componentes e o tamanho diminuto do grupo que participa desses processos, as diretrizes que dele emanam ou não se cumprem, ou são alheias ou são contrárias às necessidades dos diversos segmentos sociais. A educação escolar se mantém muito isolada dos demais agentes educativos³, perdendo com isso os benefícios que uma prática conjugada poderia proporcionar e deixando de superar problemas trazidos por orientações opostas ou mesmo contraditórias entre si.

3 – ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES E ALINHAMENTO COM A POLÍTICA DE GÊNERO DA OXFAM

3.1 – A indiferença da educação em relação às desigualdades

A Oxfam adota o objetivo de equidade de gênero e a concentração no tema da violência contra a mulher, envolvendo a redução da sua carga de trabalho, a valorização de seu trabalho não remunerado e o seu controle sobre recursos como terra e crédito, bem como o esforço por diminuir a mortalidade materna e aumentar a sua esperança de vida. Tem em vista também estimular a expressão das próprias mulheres e a ocupação de postos de direção. Especificamente quanto à educação, prioriza a redução da defasagem de níveis de escolaridade entre homens e mulheres.

No Brasil, não se verifica significativa defasagem dessa espécie e as mulheres nos grupos etários abaixo de 40 anos estão mais bem posicionadas quanto aos anos de estudo (ver Anexo 3).

As percepções tradicionais sobre as mulheres, inclusive as das próprias mulheres, continuam predominando. Apesar de a escolaridade delas ser superior à dos homens, permanecem as percepções tradicionais sobre as mulheres, inclusive as suas próprias. Isso reforça tanto a continuidade do expressivo fenômeno da violência contra as mulheres, quanto a diferença de padrões de remuneração, dificultando a construção de uma identidade positiva. As práticas educacionais, mesmo quando não reproduzem a desigualdade dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, costumam não dar combate a essa assimetria, negligenciando também suas manifestações no âmbito da afetividade, da vida doméstica, do cuidado com as crianças e da intimidade.

Essas características da educação brasileira ocorrem também em relação a outras manifestações de desigualdade. As atividades diretas com os educandos e os materiais didáticos, na maioria das vezes, não incorporam a problemática da renda e da sobrevivência como objeto de conhecimento e, particularmente com jovens e adultos, não geram instrumentos eficazes para o exercício de atividades econômicas.

³ Os agentes educacionais escolares são os profissionais das escolas e demais órgãos dos sistemas escolares. Entre eles, encontram-se os professores, diretores, coordenadores pedagógicos, funcionários administrativos e de limpeza etc. Quaisquer outros indivíduos, grupos ou organizações podem ser considerados também agentes educacionais, neste

3.2 – Medidas de enfrentamento

Este Programa se propõe enfrentar as desigualdades que são geradas pela pobreza e que a reproduzem. Por isso, propõe caminhos para chegar a políticas públicas que:

- Incentivem a geração e o aprimoramento de experimentos de inovação educacional.
- Coloquem essas práticas como fundamento da contínua reformulação das próprias políticas.
- Instituem mecanismos pluralistas – com diferentes pessoas de diferentes origens sociais, étnicas, de renda, gênero etc. que atuam no combate às desigualdades - para *advocacy*, formulação, decisão, implementação e avaliação, e para o financiamento das políticas educacionais.
- Incorporem os seguintes elementos:
 - i) O combate a todas as formas de dominação e subordinação entre gêneros, inclusive as que se dão no campo das relações interpessoais que dizem respeito à afetividade, vida doméstica, cuidado com as crianças e intimidade.
 - ii) A construção de identidades étnico-culturais positivas.
 - iii) A geração de instrumentos eficazes para que jovens no ensino fundamental regular e jovens e adultos na educação média possam exercer atividades econômicas.
 - iv) A geração de instrumentos eficazes para o desenvolvimento de economias autóctones e integradas ao sistema econômico, em especial para os povos indígenas e tradicionais.
 - v) A convocação de gestores de políticas econômicas e sociais para a concepção e execução de seus programas em conjunto com o setor educacional.
 - vi) A incorporação da problemática renda / sobrevivência como objeto de conhecimento.

3.3 - Beneficiários

3.3.1 - Crianças, jovens e adultos, em especial os que sofrem os efeitos das desigualdades regionais, étnicas, culturais, sociais e de gênero.

Brasil - População com renda até 3 salários mínimos, nos 208 municípios com mais de 100 mil habitantes, por faixa etária, sexo e cor

Faixas etárias	Brasil				
	Total	Homens	Mulheres	Negros	Pardos
0 a 14 anos	9.257.916	4.913.479	4.865.760	499.927	3.693.908
15 a 17 anos	2.039.868	1.075.827	1.079.376	110.153	813.907
Acima de 18 anos	20.116.354	10.083.871	11.187.822	1.086.283	8.026.425
Total	31.414.138	16.073.177	17.132.958	1.696.363	12.534.240

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999.

Região Norte e Região Nordeste - População com renda até 3 salários mínimos, nos 58 municípios com mais de 100 mil habitantes, por faixa etária, sexo e cor

Faixas etárias	Norte / Nordeste				
	Total	Homens	Mulheres	Negros	Pardos
0 a 14 anos	2.456.056	1.216.114	1.235.814	132.627	979.966
15 a 17 anos	541.165	266.273	274.142	29.223	215.925
Acima de 18 anos	5.336.718	2.495.815	2.841.501	288.182	2.129.350
Total	8.333.939	3.978.202	4.351.457	450.032	3.325.241

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999.

3.3.2 - Comunidade escolar (profissionais da educação e alunos da educação básica e seus familiares).

Não estão dimensionados estes grupos porque os projetos participantes do Programa ainda serão determinados.

3.3.3 - Profissionais da educação básica e pesquisadores

Não estão dimensionados estes grupos porque os projetos participantes do Programa ainda serão determinados.

3.3.4 – Pessoas com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, com idade de 0 a 6 anos, acima de 7 anos subescolarizadas e portadoras de necessidades especiais, não atendidas por serviços educacionais.

População não atendida por serviços educacionais – Brasil (milhões de pessoas)

Pessoas não atendidas	Total	Homens	Mulheres
Crianças de 0 a 6 anos*	7,8	***	
Acima de 7 anos *	0,8		
Analfabetos*	14,0		
Com 10 anos ou mais e até 3 anos de escolaridade **	41,2	20,8	20,4
Portadores de especiais**	16,0	***	
Total	79,8		

* IBGE. Contagem da População, 1996

** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999

*** Dados não disponíveis.

3.3.5 - Integrantes de grupos étnicos e de outras populações tradicionais acima de 7 anos de idade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios /1999 dimensiona a população indígena total em 261.740 pessoas, não apresentando-as por faixas de idade. Dados da Funai (1997) indicam que a população indígena na escola totaliza 71,6 mil pessoas. Não há dados precisos sobre outras populações tradicionais no Brasil.

3.3.6 - Crianças, jovens e adultos alunos de educação fundamental e média (beneficiários de medidas de melhoria da educação).

Nível de ensino	Alunos
Ensino fundamental	25 697 439
Ensino médio	6 934 425

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996

3.3.7 - Jovens e adultos, com renda até 3 salários mínimos, ocupados (beneficiários de modelos de educação integrados à economia e de modalidades suplementares de apoio ao educando).

O dimensionamento deste segmento requer o cruzamento de dados ainda não disponíveis.

3.3.8 - Famílias com renda até 3 salários mínimos.

Situação	Famílias
Brasil	7.973.131
Região Norte e Região Nordeste	2.115.212

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996

3.3.9 - Profissionais da educação básica.

Nível	Docentes	
	Brasil	Norte e Nordeste
Pré-escolar	204.644	86.948
Fundamental (1ª a 4ª série)	616.956	275.688
Fundamental (5ª a 8ª série)	434.991	125.812
Médio	238.589	54.196
Total Educação Básica	1.495.180	542.644

Fonte: INEP. Censo do professor, 1997.

4 – DESENHO DO PROGRAMA

4.1 – Matriz de planejamento do Programa

As mudanças nas idéias e crenças, políticas e práticas descritas no item 2 orientam a concepção operacional do Programa, tal como se descreve na matriz a seguir.

Os *objetivos estratégicos de mudança* expressam os impactos mais amplos no plano das idéias e crenças, políticas e práticas para os quais o Programa contribuirá⁴.

Os *objetivos específicos* detalham resultados esperados sob a governabilidade do Programa.

As *estratégias* orientam a atuação da Oxfam na liderança ativa do Programa e como agente financiador de iniciativas propostas por terceiros.

A coluna de *responsabilidades* indica os papéis previstos para a Oxfam e seus parceiros, no contexto

⁴ Estes objetivos espelham-se nas determinações da Constituição da República (1988), nos documentos de política educacional dela decorrentes (Projeto de Lei – Plano Nacional de Educação e Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e

da execução do Programa.

O *âmbito geográfico* de intervenção do Programa estabelece critérios básicos para a incidência das ações que irão se desenvolver.

A Matriz de Planejamento do Programa se complementa com o Sistema de Produção e Difusão de Informações e Conhecimentos e com o Orçamento do Programa, estes últimos apresentados nos itens 8 e 9 deste documento.

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA OXFAM GB NO BRASIL

OBJETIVO ESTRATÉGICO GERAL

EFETIVAR OS DIREITOS EDUCATIVOS CONSAGRADOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E NOS ACORDOS INTERNACIONAIS

OEM – IDÉIAS E CRENÇAS

A EDUCAÇÃO BÁSICA PROMOVE APRENDIZAGENS PARA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS DAS POPULAÇÕES

Objetivos específicos	Estratégias	Responsabilidades	Âmbito geográfico
I – Padrão de qualidade da educação básica enfrenta as desigualdades regionais e de renda, de gênero e etnia e se traduz na integração das unidades escolares à vida das comunidades.	L1 – Apoio a propostas de currículos, materiais didáticos e práticas educacionais que combatem as desigualdades e valorizam as diferenças regionais, étnicas, culturais e de gênero.	<p>Oxfam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Negociar com a família Oxfam e outros organismos da cooperação internacional a integração do Programa com suas respectivas prioridades programáticas, de modo a aumentar a disponibilidade de recursos, estender o alcance geográfico e ampliar o alcance da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) na perspectiva do Programa. <p>Parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com difusão de sua experiência no campo da educação e na assessoria especializada na área de organização e desenvolvimento de comunidades. 	<p>Âmbito nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campanha Nacional pelo Direito à Educação. • Unidades escolares situadas em áreas de concentração de pobreza em municípios brasileiros com população acima de 100 mil hab. (em concertação com organismos da família Oxfam e outros da cooperação nacional e internacional). <p>Âmbito regional (Ver a seguir)</p>
	L2 – Apoio e divulgação de iniciativas conjuntas de centros de pesquisa / formação superior e redes escolares públicas, para o intercâmbio de conhecimentos, elaboração de planos pedagógicos, desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estágios orientados, assessoria e apoio técnico, acompanhamento e supervisão pedagógica.		
	L3 – Apoio e divulgação ao desenvolvimento de projetos sobre temas e/ou problemas propostos por alunos e/ou comunidade escolar.		
	L4 – Apoio e divulgação de iniciativas de articulação de agentes escolares e não escolares para o desenvolvimento de ações conjuntas.		
	L5 – Apoio à sistematização e divulgação de experiências que promovem aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações.		

OEM - POLÍTICAS

ACESSO E PERMANÊNCIA DE TODOS EM ESCOLAS DE QUALIDADE

Objetivos específicos	Estratégias	Responsabilidades	Âmbito geográfico
<p>II - Igualdade de acesso e de permanência na escola pública de qualidade a crianças até 6 anos, jovens e adultos subescolariza-dos, portadores de necessidades especiais e grupos étnicos em situação de desvantagem econômica e social, nos 3 níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio).</p>	<p>II.1 - Mobilização da opinião pública para exigir a promulgação de leis atribuindo aos poderes executivos municipais, estaduais e federais o levantamento, a atualização e a divulgação de dados sobre a demanda de educação para crianças com até 6 anos, jovens e adultos subescolarizados, portadores de necessidades especiais e grupos étnicos em situação de desvantagem econômica e social, nos 3 níveis da educação básica, e a aplicação de medidas judiciais nos casos de descumprimento desta atribuição.</p> <p>II.2 - Mobilização da opinião pública através da CNDE para a adoção de modelos educacionais integrados às economias e culturas regionais e locais.</p> <p>II.3 - Apoio a pressões e negociações por ampliação da cobertura e das modalidades de apoio suplementar à educação básica, nos 3 níveis, em especial no que se refere à bolsa-escola para famílias de baixa renda, transporte, alimentação e assistência à saúde do educando, inclusive para atividades educacionais realizadas fora da unidade escolar.</p>	<p>Oxfam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiar ações da CNDE convergentes com os objetivos do Programa. • Integrar o Programa com outras prioridades programáticas de sua atuação no Brasil tais como apoio à produção familiar, gênero, etc. de modo a ampliar o potencial de impacto das ações do Programa. • Articular apoio político internacional a pressões no Brasil por mudanças estratégicas nas políticas macro-econômicas que afetam a educação. <p>Parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exercer pressão junto aos poderes legislativo executivo das três esferas de governo para a divulgação e para a criação de mecanismos pluralistas de discussão das políticas educacionais. 	<p>Âmbito regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Municípios com população superior a 100 mil hab. do Norte e Nordeste do Brasil. • Municípios e regiões nos quais grupos étnicos e populações tradicionais estão concentrados em proporções significativas da população total.

Objetivos específicos	Estratégias	Responsabilidades	Âmbito geográfico		
	<p>II.4 - Apoio a iniciativas de articulação entre unidades escolares e provedores de bens e serviços existentes na comunidade, para o atendimento de alunos e seus familiares.</p>				
	<p>II.5 – Apoio ao desenvolvimento e aplicação de práticas educacionais regulares que incorporem arte-educação, atividades físico-motoras e recreativas, especialmente nos níveis de educação fundamental e médio.</p>				
	<p>II.6 – Apoio a pressões e negociações por dotação de instalações, equipamentos e serviços adequados para o desenvolvimento de atividades educacionais regulares e complementares nas escolas.</p>				
<p>III – Existência de condições para a criação e multiplicação de práticas educacionais que favorecem a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.</p>	<p>III.1 – Apoio ao desenvolvimento de estudos que caracterizem a situação e que subsidiem a definição e a negociação de condições adequadas para o exercício do magistério, contemplando as características próprias de cada nível e modalidade de educação básica.</p>	<p>• Apoiar o monitoramento de políticas públicas que afetam as práticas educacionais.</p>	<p>Idem</p>		
	<p>III.2 – Mobilização da opinião pública para exigir dos governos a aplicação do artigo 206, inciso V da Constituição da República e as condições de trabalho adequadas para o exercício do magistério.</p>				
	<p>III.3 – Estímulo à elevação do nível de qualificação do professor através do apoio material para a conclusão do ensino médio, a formação em superior e em serviço.</p>				
	<p>III.4 - Apoio à participação das pessoas diretamente envolvidas em experiências que promovem aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações na formulação de políticas educacionais.</p>				

OEM – PRÁTICAS
**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO QUE RESPONDEM ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM FORMULADAS,
 IMPLEMENTADAS E AVALIADAS COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Objetivos específicos	Estratégias	Responsabilidades	Âmbito geográfico
<p>IV - Práticas educacionais combinam reformas propostas por especialistas e gestores, com inovações experimentadas por educadores e comunidades escolares; integram diferentes agentes escolares; e promovem aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações.</p>	<p>IV.1 - Apoio à participação efetiva de agentes escolares e não escolares em atividades de <i>advocacy</i>, decisão, formulação, implementação e avaliação, e para a mobilização de recursos para políticas educacionais.</p>	<p><u>Oxfam</u>: Idem</p> <p><u>Parceiros</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o monitoramento e assessoria à gestão de unidades escolares. • Identificar alternativas locais de financiamento de projetos, (governos, empresas, indivíduos) ampliando o volume de recursos em prol dos objetivos do Programa. 	<p>Idem</p>
	<p>IV.2 - Apoio a iniciativas sindicais, acadêmicas, empresariais e governamentais e não governamentais de ações conjuntas entre profissionais de redes escolares públicas e privadas e entre agentes escolares e não escolares.</p>		
	<p>IV.3 - Apoio a processos de negociação da jornada dos professores, para que contemple tempo destinado a atividades de preparação de práticas educacionais, inclusive gestão escolar, interação com seus pares e com a comunidade.</p>		
	<p>IV.4 - Apoio a profissionais da educação em iniciativas de gestão escolar participativa.</p>		

4.2 – Enfoques que maximizam o potencial de impacto e otimizam o uso dos recursos

O feixe de estratégias estabelecido não apresentará dispersão, maximizando o potencial de impacto do Programa e otimizando a utilização dos recursos disponíveis, adotando-se os seguintes enfoques.

4.2.1 - Fortalecimento de iniciativas da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de educação.

- a) No Brasil, persistem lacunas significativas quer seja em relação à disponibilidade de vagas para segmentos específicos da população, ou em relação à qualidade da educação ofertada. Ambas resultam e realimentam processos de exclusão de crescentes segmentos populacionais, e ampliam as desigualdades econômicas e sociais no interior da sociedade.
- b) Parte das razões que explicam o quadro de não cumprimento das normas legais decorrem da concentração das decisões nos órgãos governamentais, da segmentação desses processos, e da desarticulação entre os agentes responsáveis por conceber, implementar e avaliar as políticas de educação e os seus resultados.
- c) As condições de trabalho que normatizam a prática do magistério adicionam limitações à efetivação das normas e políticas existentes e à eficácia de seus propósitos.
- d) Estas mesmas condições reforçam modelos educacionais que reproduzem desigualdades econômicas e sociais, sobretudo, no plano dos valores, habilidades, práticas e atitudes necessárias para enfrentá-las.
- e) As dimensões continentais do Brasil, associadas às limitações de recursos da Oxfam e de outros agentes, impõem a necessidade de formulação de estratégias de ação com o duplo potencial de:
 - i) aglutinar os interesses da sociedade em torno a uma causa comum; e
 - ii) pressionar pela solução maciça dos problemas detectados. Esta condição encontra melhores oportunidades de realização através de campanhas de mobilização da opinião pública, combinadas com a articulação de agentes decisórios e com o fortalecimento de iniciativas da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.
- f) Esta estratégia encontra, ainda, respaldo nas convicções da Oxfam em relação a como gerar impactos significativos na redução da pobreza¹, quais sejam, o desenvolvimento da capacidade de influenciar decisões de macro-política econômica que afetam o desenho e a implementação de políticas setoriais de educação, e o engajamento da sociedade em campanhas de âmbito nacional e local articuladas com a campanha *Education Now*.
- g) O fortalecimento de iniciativas da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas encontra espaço na Campanha Nacional pelo Direito à Educação em curso no Brasil. Esta Campanha abrange ações em todo o território nacional e a articulação com iniciativas em outros países, possibilitando maior impacto do Programa e a internalização de vantagens organizacionais e operacionais.
- h) As organizações da sociedade civil brasileiras têm necessidade de ampliar a sua capacidade de comunicação, em especial, para a viabilização de campanhas. Por esta razão, o orçamento do Programa incorpora a previsão de recursos destinados a atividades neste campo.

4.2.2 – Apoio a iniciativas inovadoras com a articulação de agentes escolares e não escolares.

- a) Iniciativas inovadoras têm sido largamente empreendidas por ONG's em todo o país. Elas se voltam desenvolvimento, a experimentação e a difusão de conceitos, materiais e práticas educacionais geradoras de aprendizagens que satisfazem necessidades básicas das populações. A maioria dessas iniciativas tem méritos que podem ser potencializados por este Programa: *i)* elevado grau de compromisso com a eficácia; *ii)* flexibilidade de atitudes frente à adversidade das situações concretas; *iii)* possibilidade de serem articuladas a outros processos que propiciam efeitos de duplo impacto.
- b) Experiências de adaptação do calendário letivo aos ciclos de produção agrícola, ou de elaboração de materiais didáticos a partir de referências culturais locais e regionais ou, ainda, de implementação de práticas que rompem com os papéis tradicionais de gênero são, entre tantos outros, exemplos de iniciativas que podem informar o desenho de políticas públicas em educação e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos de mudança.
- c) As iniciativas inovadoras requerem assessoria para superar o freqüente caráter pontual e localizado e gerar impactos mais significativos, quer seja em relação ao número de pessoas beneficiadas, em relação à sustentabilidade dos processos desencadeados ou, ainda, à reprodução em escala das aprendizagens acumuladas.
- d) A concepção do Programa privilegia o apoio a iniciativas inovadoras como ações iluminadoras e enriquecedoras do próprio Programa, desde que atendam aos seguintes critérios mínimos: *i)* potencial de articulação entre experiências localizadas e processos de âmbito mais abrangente; *ii)* capacidade de influenciar e de ser influenciada por outras ações em curso na mesma área temática ou em outras áreas da vida; *iii)* capacidade de inspirar outras iniciativas em outros contextos.
- e) No modelo vigente, os agentes escolares e os públicos-alvos (beneficiários finais) estão excluídos do processo de formulação de políticas públicas de educação.
- f) A ausência desses sujeitos implica a criação de resistências e de crescentes obstáculos à implementação das políticas. Estes obstáculos se apresentam na compreensão e na prática educacional mas é, sobretudo, no plano da internalização das aspirações e necessidades dos beneficiários finais que eles se agudizam, inibindo a tradução das orientações das políticas públicas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que fertilizam o pensar, o fazer, o ser e o conviver em sociedade.
- g) Ao deixar de fora os sujeitos educacionais, este modelo de políticas gera e reforça um serviço educacional desgarrado da vida e, portanto, com limitada capacidade de alterá-la.
- h) O fortalecimento da interação entre agentes escolares e não escolares nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas e práticas educacionais amplia, pois, a viabilidade de eficácia destas mesmas políticas e práticas.

4.3 – Linhas para a implementação do Programa

Para viabilizar as estratégias do Programa, foram definidas cinco linhas de implementação:

- *Atuação de agentes:* o Programa está fortemente apoiado na capacidade de agentes escolares e não escolares influenciarem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas de educação. Estes agentes requerem ser identificados, convocados e articulados, e estas atividades exigem pessoas com conhecimento da área e dos diferentes atores em cena, e com capacidade de trânsito entre estes diferentes atores.

- *Comunicação*: o apoio à mobilização da opinião pública através de campanhas exige a superação das atuais fragilidades das organizações da sociedade civil em relação a estrutura de apoio, habilidades e acesso / disponibilidade de meios de comunicação. A construção de alianças com a mídia é indispensável para envolver amplos grupos sociais na mudança da educação.
- *Financiamento de projetos e ações*: esta linha possibilita que agentes diferentes em contextos diversos desenvolvam experiências com características inovadoras, informando a reflexão sobre políticas públicas em educação.
- *Assessoria para a formulação de projetos*: visa ampliar a capacidade do Programa apoiar projetos e ações que compartilham objetivos, abordagens e estratégias sobre as mudanças desejadas na educação básica.
- *Gerenciamento de um sistema de produção e difusão de informações e conhecimentos*: volta-se para a produção e a apropriação de aprendizagens geradas no âmbito do Programa, possibilitando a tomada de decisões e a proposição de ajustes, alianças e encaminhamentos que potencializem os impactos esperados.
- *Coordenação do Programa*: assegura a compatibilidade e a mútua colaboração entre as diferentes linhas de implementação do Programa. Além dos requerimentos específicos em termos de experiência e habilidades, o cumprimento destas funções exige conhecimentos técnicos especializados e condições operacionais adequadas, de modo a garantir a fluidez das ações previstas, a eficiência do processo de implementação, e a eficácia dos resultados esperados. Todas estas exigências impõem a necessidade de incrementar a estrutura da Oxfam com recursos humanos e operacionais correspondentes às características do Programa.

5 – ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

O princípio pluralista deve orientar a identificação e a convocação de parceiros e aliados e a formação de alianças. Parceiros são organizações que compartilham visões e abordagens sobre a problemática da educação básica e suas implicações para o alívio da pobreza e que, ademais, abraçam os propósitos do Programa numa perspectiva de cooperação estreita com a Oxfam. Aliados são instituições, organizações ou pessoas que demonstram interesse de colaboração de natureza específica ou pontual, viabilizando processos ou condições para a implementação do Programa. Os parceiros e aliados devem atender aos perfis, papéis e responsabilidades descritos abaixo:

a) *Perfil dos parceiros e aliados*

- disposição para implementar iniciativas educacionais em conjunto com outros agentes, e abertura para conceber projetos e ações que combinem múltiplas estratégias do Programa;
- experiência acumulada em prática educacional;
- capacidade (ou interesse de adquiri-la) de sistematizar aprendizagens;
- abertura para o estabelecimento de vínculos com processos em curso em diferentes âmbitos (local, regional, Internacional).

b) *Papéis e responsabilidades*

O quadro a seguir sintetiza os principais papéis e responsabilidades atribuídos a cada um dos principais sujeitos diretamente envolvidos com a implementação do Programa.

Sujeitos	Papéis	Responsabilidades
Família Oxfam	Fomentadora dos OEM na esfera internacional e aliada estratégica no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prover e arrecadar recursos financeiros para a implementação de iniciativas que contribuam para o alcance dos OEM; ▪ Articular alianças internacionais para o alcance dos OEM; ▪ Exercer pressão junto a organismos multi e bilaterais de financiamento para influenciar decisões sobre destinação de recursos, políticas macro-econômicas, implantação e funcionamento de mecanismos de participação da sociedade civil na formulação de políticas orientadas aos OEM; ▪ Legitimar junto à opinião pública internacional e em seus países – sede, iniciativas que contribuem para os OEM.
Oxfam GB	Fomentadora dos OEM na esfera internacional e aliada estratégica no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prover e arrecadar recursos financeiros para a implementação de iniciativas que contribuam para o alcance dos OEM; ▪ Articular e apoiar alianças na Grã Bretanha e na região América Latina e Caribe; ▪ Exercer pressão junto a organismos multi e bilaterais de financiamento para influenciar decisões sobre destinação de recursos, políticas macro-econômicas, implantação e funcionamento de mecanismos de participação da sociedade civil na formulação de políticas orientadas aos OEM; ▪ Legitimar junto à opinião pública internacional e na Grã Bretanha, iniciativas que contribuem para os OEM. ▪ Divulgar resultados de processos relacionados com o Programa no Brasil e em outros países.
Oxfam GB no Brasil	Liderança do Programa no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prover e arrecadar recursos financeiros para iniciativas em educação básica que contribuam para os OEM do Programa Brasil; ▪ Proporcionar apoio financeiro e político à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, integrando-a ao Programa; ▪ Apoiar a constituição e funcionamento de mecanismos de pressão aos poderes legislativos e executivos nas três esferas de governo para a divulgação e discussão de políticas educacionais ou que afetam a educação, com diferentes agentes educacionais ▪ Articular e apoiar outras iniciativas próprias ou de terceiros, em especial aquelas desenvolvidas por organizações da cooperação internacional, na área educacional e em outras áreas temáticas que contribuem para o alcance dos objetivos do Programa. ▪ Prover assessoria para a elaboração de projetos de organizações que pretendem apresentá-los pleiteando financiamento.
Parceiros	Corresponsáveis pela concepção, implementação e avaliação do Programa.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação ativa em conjunto com a Oxfam no desenvolvimento, monitoramento e avaliação do programa; ▪ Assessoria especializada à Oxfam para a identificação de outros parceiros e aliados, concepção, implementação e avaliação de projetos e ações por eles desenvolvidos, inclusive, assessorando outras organizações na formulação de projetos e compondo comitê para a seleção de propostas.
Redes*	Massa crítica sobre temas abordados pelo Programa.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar e divulgar avanços em temas, mobilizar diferentes grupos para a participação em mecanismos pluralistas, apoiar política e tecnicamente os mecanismos pluralistas.

*Entre outras, destacam-se: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

c) *Níveis de esforço para o estabelecimento de relações de trabalho e cooperação*

As características do Programa requerem especial atenção para os seguintes setores chave: sindicatos e federações de profissionais da educação; pesquisadores; instâncias decisórias e de formulação de políticas públicas; órgãos governamentais executores de políticas públicas; organizações da sociedade civil do campo educacional ou de áreas afins; empresários da área e os que apóiam iniciativas nesse campo.

O Programa necessitará empreender esforços específicos no sentido de reduzir as resistências ao diálogo entre estes diferentes atores, e viabilizar colaboração efetiva. Esta é, fundamentalmente, a razão de se propor a *animação* como uma linha de implementação.

Historicamente, organizações da sociedade civil têm sido parceiras privilegiadas da Oxfam, sobretudo através do financiamento a projetos. Este Programa propõe um tipo diferenciado de relacionamento, atribuindo aos parceiros corresponsabilidade na concepção, implementação e avaliação de ações, desenho de estratégias e indicação de ajustes no decorrer de sua execução, identificação de novos parceiros e aliados etc. Em síntese, esta proposição questiona o padrão predominante da relação financiador-financiado e, portanto, exigirá esforços específicos e permanentes de construção de novas bases de relacionamento.

6 – NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

6.1 - Vantagens comparativas da Oxfam

A condição de ser uma agência de cooperação possibilita reunir e canalizar recursos para o enfrentamento da situação educacional brasileira. Essas vantagens comparativas se expressam, particularmente, em mostrar:

- i) a educação assumindo caráter estratégico no combate à pobreza;
- ii) enfoque crítico em relação às concepções e práticas educacionais;
- iii) capacidade de influenciar os centros de decisão no plano internacional;
- iv) disposição para atuar de maneira conjugada com outras agências da cooperação internacional e outros atores sociais.
- v) visão integrada, que outros organismos não demonstram, sobre como intervir na educação, articulando objetivos, meios e sujeitos.

6.2 - Vantagens comparativas de parceiros e aliados

Consistem nos atributos descritos no item 5.a. Os atores mais próximos desse perfil são ONGs, institutos e fundações empresariais, unidades universitárias da área de educação e prefeituras, além de agências de cooperação da família Oxfam ou com antecedentes de trabalho conjunto. Identificar quais, especificamente, podem ser os parceiros privilegiados, será tarefa do núcleo de coordenação do Programa.

6.3 - Necessidades de fortalecimento institucional da Oxfam e seus parceiros

- i) Em recursos humanos: dispor de agente experiente em políticas educacionais para identificar, promover e incorporar a participação de grupos – alvos nas iniciativas do Programa; e de profissionais com experiência no campo educacional e na sistematização de conhecimentos;

- ii) Em articulação político-estratégica: criar mecanismos de interlocução e constituir interlocutores nos poderes executivo e legislativo nas três esferas de governo; e estabelecer alianças com agentes que respondem aos objetivos do Programa;
- iii) Em habilidades: aprimorar a capacidade de formulação, monitoramento e avaliação de projetos e a sistematização de aprendizagens úteis para a Oxfam, seus parceiros e outros públicos, envolvidos com a problemática da educação básica;
- iv) Em capacidade operacional: dispor de estrutura ágil e eficiente para atividades diversas de planejamento, coordenação de ações e gerenciamento de recursos.

7 – SUPOSTOS, RISCOS E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTÁ-LOS

Supostos / riscos	Estratégias para enfrentá-los
Resistência de atores em relação à constituição de instâncias pluralistas de compartilhamento de idéias e de diálogo em torno à problemática educacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar agentes com capacidade de convocação de diferentes atores, em diferentes âmbitos geográficos; • Aproveitar momentos de definição de normas, leis, políticas como oportunidades para provocar debates entre diferentes atores que atuam no campo educacional ou o afetam; • Desenvolver iniciativas de comunicação de formação de opinião pública em relação à constituição de instâncias pluralistas.
Baixa capacidade de negociação e decisão dos mecanismos pluralistas que venham a ser constituídos para políticas educacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Articular grupo de parlamentares para a proposição de projeto de lei regulamentando a existência, o funcionamento e as atribuições de negociação e decisão de mecanismos de composição pluralista já previstos na Constituição da República (artigo 205) e propostos no Plano Nacional de Educação (artigo 3º), para a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas, inclusive o seu financiamento.
Mudanças político - administrativas nas três esferas de governo, gerando descontinuidades dos processos em curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer compromissos eleitorais públicos em relação aos objetivos do Programa, com candidatos a cargos eletivos, nas três esferas de governo e de acordo com o calendário eleitoral.
Baixo grau de compartilhamento da concepção de educação que informa o Programa entre os aliados potenciais.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar o capital de relações da Oxfam e parceiros para estabelecer diálogos entre diferentes atores e construir linguagem comum com potenciais aliados.
Concepção de política educacional que não se apoia em práticas concretas.	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiar, na política de <i>funding</i> da Oxfam, a formulação de políticas educacionais com a participação de pessoas diretamente envolvidas em experiências que promovem aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações.

8 – PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

8.1 – Concepção geral do sistema

O Programa deseja provocar resultados e impactos substantivos e aprender com a própria ação. O sistema de produção de informações identificará os avanços em direção aos objetivos do Programa

A concepção e aplicação desse sistema constitui um instrumento para a aprendizagem, aqui entendida como a assimilação de percepções e conhecimentos novos sobre fenômenos já detectados e que permitem o desenho de formas alternativas e mais eficazes de intervenção. Esta aprendizagem será aproveitável pela rede de agentes diretamente envolvidos com a execução do Programa e por outros, situados no seu campo de atuação.

O desenvolvimento da concepção, a aplicação, a análise e a difusão das informações geradas pelo sistema, contemplarão a participação da Oxfam, seus parceiros e representantes dos públicos-alvo a serem beneficiados. Essa participação constituirá, em si mesma, uma oportunidade de aprendizagem e internalização de habilidades novas. Como referências gerais para a construção coletiva desta estratégia, propõem-se as seguintes etapas:

- i) definição dos temas que serão objeto central de aprendizagem;
- ii) concepção de um processo de monitoramento e avaliação para a produção e a sistematização de informações sobre os avanços da execução do Programa;
- iii) compartilhamento da interpretação dos resultados observados, para extrair lições e aprendizagens coletivas;
- iv) divulgação das aprendizagens em âmbitos ampliados e crescentes.

A definição dos temas que serão objeto central de aprendizagem responderá às necessidades efetivas de conhecimento, que são distintas para diferentes agentes e contextos. Estes temas devem ser complementares e devem contemplar tanto as preocupações mais gerais em relação aos OEM, quanto os aspectos mais diretamente relacionados com as ações em curso.

O sistema de monitoramento e avaliação do Programa deve incluir os seguintes elementos: indicadores de processo e resultados, fontes, meios e frequência de coleta de informações.

8.2 – Indicadores para o monitoramento do Programa

O Programa adota dois tipos de indicadores: indicadores de processo e de resultados. Estes indicadores, apresentados no **Anexo 4**, são preliminares e requerem a incorporação das contribuições dos principais atores envolvidos com a execução do Programa.

8.3 – Difusão de informações e de aprendizagens

A geração e difusão de aprendizagens se apoiará em mecanismos de compartilhamento das experiências dos diferentes agentes envolvidos na implementação do Programa. As informações geradas serão disseminadas no interior da própria rede de parceiros, aliados e junto a públicos mais amplos. As estratégias para esta difusão são:

- i) publicação de *papers* sobre experiências concretas desenvolvidas;
- ii) realização de seminários para intercâmbio e discussão dessas experiências;
- iii) promoção de visitas de intercâmbio entre executores de projetos, como meio de ampliar as habilidades e as articulações intra e intersetoriais dos parceiros.

9 – ORÇAMENTO DO PROGRAMA

(valores em US\$ 1.00)

Centros de custo	Ano 1			Ano 2			Ano 3			Total
	Oxfam	Parceiros	Aliados	Oxfam	Parceiros	Aliados	Oxfam	Parceiros	Aliados	
1 - Animação do Programa	45,948.12	5,400.00	38,488.86	45,948.12	5,400.00	38,488.86	45,948.12	5,400.00	38,488.86	269,510.94
2 - Comunicação	21,666.67		3,474,464.7	21,666.67		3,474,464.7	21,666.67		3,474,464.7	10,488,394.00
3 - Financiamento de projetos	80,000.00		160,000.00	80,000.00		160,000.00	80,000.00		160,000.00	720,000.00
4 - Assessoria para formulação projetos	24,219.67			24,219.67		48,439.34			48,439.34	145,318.02
5 - Gerenciamento sistema prod. / difusão informações e conhecimentos	32,852.21	4,000.00	59,555.36	48,766.11	20,000.69	59,555.36	48,766.11	20,000.00	59,555.36	350,998.62
5 - Núcleo de coordenação	45,313.33	5,400.00		42,535.55	5,400.00		42,535.55	5,400.00		146,584.43
TOTAL	250,000.00	14,800.00	3,732,508.00	263,136.12	30,800.00	3,780,947.34	238,916.45	30,800.00	3,780,947.34	12,120,80.61
CUSTO / ANO	3,997,308.00			4,074,883.46			4,050,663.79			

A qualidade da educação

Os critérios usuais de qualidade se baseiam na longa tradição da escola republicana, montada para transformar o indivíduo em cidadão, entendido como cumpridor dos deveres para com a pátria e não como sujeito de direitos. Nessa tradição, a escola operaria a transformação desejada porque possibilitaria ao indivíduo o uso da razão, ou seja, transmitiria saberes considerados verdadeiros por estarem fundados na ciência. Esse modelo de educação escolar gerou uma cultura escolar específica, estranha aos problemas das populações às quais a escola pretende atingir, aos saberes que estas populações detêm e às suas necessidades de gerar e manejar conhecimentos. Os critérios de qualidade da educação predominantes se prendem à quantidade de conteúdos transmitidos na escola que são assimilados por seus alunos. Tangencialmente, tais critérios se referem também às condições materiais e técnicas para essa transmissão e assimilação.

A liberdade em educação

A liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber é um dos princípios da Constituição brasileira. Mais que uma atitude passiva de não criar obstáculos, consiste na ativa criação de condições para a vivência, a implementação e a multiplicação de práticas educacionais, hoje, demasiadamente raras e tolhidas. Em parte porque não se garante o pluralismo de concepções e de agentes. Mas também porque esses agentes, sobretudo os professores, não contam com os meios organizacionais, o tempo disponível e os recursos materiais para uma atuação adequada, que implica compreender, propor e fiscalizar a implementação de políticas públicas de educação, inclusive no que se refere ao dimensionamento e destinação dos recursos humanos, financeiros, técnicos e materiais para a promoção da educação básica. Da mesma maneira, são requeridas condições para que os agentes educacionais possam conceber, desenvolver e avaliar materiais e práticas educacionais, num mesmo processo em que as escolas se integram à vida das comunidades e incorporam suas necessidades como objeto de conhecimento.

A escolaridade de homens e mulheres no Brasil

Dos 65,5 milhões de pessoas com idade entre 15 e 39 anos, 3,1 milhões são homens analfabetos e 2,7 milhões são mulheres analfabetas. Nas cinco grandes regiões do País, as mulheres com mais de 10 anos de idade têm a média de 6,4 anos de estudo e os homens têm 6,3 anos de estudo. A defasagem é mais forte quando se trata de pessoas brancas diante das pretas ou pardas. Enquanto as primeiras têm 6,3 anos de estudo em média, as demais têm 4,3 anos de estudo.

INDICADORES PARA O MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA OXFAM GB NO BRASIL

OEM – IDEIAS E CRENÇAS**A EDUCAÇÃO BÁSICA PROMOVE APRENDIZAGENS PARA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS DAS POPULAÇÕES**

Objetivos específicos	Indicadores	
	Processo	Resultados
I – Padrão de qualidade da educação básica enfrenta as desigualdades regionais e de renda, de gênero e etnia e se traduz na integração das unidades escolares à vida das comunidades.	I.1 (P) – Evolução anual do número de municípios que introduziram adaptações no calendário letivo, adequando-o aos ciclos econômicos e à cultura locais.	I.4 (R) – Variação anual da taxa de evasão escolar por nível de educação, das unidades localizadas nas zonas rurais e nas cidades de municípios com população urbana superior a 100 mil habitantes.
	I.2 (P) - Número e tipo de eventos realizados, meios utilizados e âmbitos atingidos pela divulgação de práticas educacionais que valorizam a aprendizagem coletiva.	
	I.3 (P) - Número e tipo de alianças que se estabelecem em decorrência das iniciativas divulgadas.	I.5 (R) - Número de experiências que se inspiram ou adotam características das iniciativas divulgadas.
II - Igualdade de acesso e de permanência na escola pública de qualidade a crianças até 6 anos, jovens e adultos subescolarizados, portadores de necessidades especiais e grupos étnicos em situação de desvantagem econômica e social, nos 3 níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio).	II.1 (P) – Variação do número de municípios brasileiros com população urbana superior a 100 mil habitantes que mantêm bancos de dados atualizados sobre a demanda e oferta de vagas nos três níveis de educação básica para crianças com menos de 6 anos, jovens e adultos subescolarizados, portadores de necessidades especiais e grupos étnicos em desvantagem econômica e social.	II.6 (R) – Variação do número de crianças com menos de 6 anos, jovens e adultos subescolarizados, portadores de necessidades especiais e grupos étnicos em desvantagem econômica e social matriculados em relação ao total de pessoas em cada um destes segmentos, por município brasileiro com população urbana superior a 100 mil habitantes ou com proporções significativas de grupos étnicos em desvantagem econômica e social.
	II.2 (P) – Evolução do número de famílias atendidas por programas de bolsa-escola.	
	II.3 (P) – Evolução dos gastos com transportes, alimentação e assistência à saúde do educando.	

Objetivos específicos	Indicadores	
	Processo	Resultados
	II.4 (P) – Evolução do número de crianças de 0 a 14 anos, jovens e adultos que se beneficiam de programas regulares de suplementação de apoio ao educando, segundo o tipo de benefício e o município.	
	II.5 (P) - Número e tipo de alianças estabelecidas para a implementação de ações conjuntas.	

OEM – POLÍTICAS

ACESSO E PERMANÊNCIA DE TODOS EM ESCOLAS DE QUALIDADE

Objetivos específicos	Indicadores	
	Processo	Resultados
III – Existência de condições para a criação e multiplicação de práticas educacionais que favorecem a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.	III.1 (P) – Evolução da relação aluno / turma e aluno / professor, e da carga horária semanal do professor em sala de aula, nos três níveis de educação básica e por município com população urbana superior a 100 mil habitantes.	III.4 (R) - Evolução das taxas de repetência nos três níveis da educação básica e por município.
	III.2 (P) – Evolução do número de professores efetivados, nos três níveis da educação básica, por município com população urbana superior a 100 mil habitantes.	
	III.3 (P) - Evolução do número de professores segundo nível de formação, nos três níveis da educação básica e por município.	

OEM – PRATICAS**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO QUE RESPONDEM A NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM FORMULADAS, IMPLEMENTADAS E AVALIADAS COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Objetivos específicos	Indicadores	
	Processo	Resultados
<p>IV - Práticas educacionais combinam reformas propostas por especialistas e gestores, com inovações experimentadas por educadores e comunidades escolares; integram diferentes agentes escolares; e promovem aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas das populações.</p>		<p>IV.1(R) - Mudanças nos dispositivos legais que regulamentam as atribuições dos professores.</p>
		<p>IV.2 (R) - Número de unidades escolares nas quais há mecanismos de participação da comunidade no planejamento e avaliação da educação.</p>
		<p>IV.3 (R) - Número e abrangência de políticas educacionais formuladas por meio de mecanismos pluralistas e que incorporam experiências promotoras de aprendizagens para a satisfação de necessidades básicas da população.</p>

ORÇAMENTO DO PROGRAMA - MEMÓRIA DE CÁLCULO

O orçamento apresentado a seguir encontra-se organizado por centros de custos e itens de despesa, para os três anos de duração do Programa. Cada centro de custo corresponde a uma das grandes linhas formuladas para a sua implementação. Os recursos necessários foram aqui estimados de maneira a orientar não somente a análise dos custos do Programa mas, sobretudo, orientar os esforços de captação de recursos complementares.

Os valores indicados na coluna "Parceiros" representam custos apropriados sob a forma de contrapartida (bens, serviços e facilidades para a execução do Programa). Os valores lançados na coluna "Aliados" deverão ser objeto de captação junto à família Oxfam, a outras agências de cooperação e, ainda, junto a fontes locais não tradicionais como, por exemplo, o setor empresarial particularmente junto aos meios de comunicação de massa para a formação da opinião pública¹.

Orçamento Trienal do Programa de Educação da Oxfam GB no Brasil (valores em US\$ 1,00)

Centros de custos / itens de despesa	Quantidade	Oxfam	Parceiros	Aliados	Total
1 - Animação do Programa					
Remun. articulador nacional	1 x \$ 2,222.22 x 39 meses	86,666.58			86,666.58
Remun. articulador internac.	1 x \$ 2,222.22 x 39 meses			86,666.58	86,666.58
Secretária	1 x \$ 444.44 x 36 meses	15,999.84			15,999.84
Passagens aéreas	2vg/mês x 36 meses x \$ 500.	18,000.00		18,000.00	36,000.00
Diárias	2d x 72 vg x \$ 150.	10,800.00		10,800.00	21,600.00
Comunicações	\$ 100. x 36 meses	3,600.00			3,600.00
Equipamento informática	1 x \$ 2 777.78	2,777.78			2,777.78
Aluguel de sala	\$ 400. x 36 meses		14,400.00		14,400.00
Despesas com imóvel	\$ 50. x 36 meses		1,800.00		1,800.00
Sub-total		137,844.45	16,200.00	115,466.58	269,510.94
Centros de custos / itens de despesa	Quantidade	Oxfam	Parceiros	Aliados	Total
2- Comunicação					
Assessoria de imprensa	1 x \$ 1,666.67 x 39 meses	32,500.00		32,500.00	65,000.00
Comunicólogo	1 x \$ 1,666.67 x 39 meses	32,500.00		32,500.00	65,000.00
Peça para campanhas	3 x \$ 27,800.00			83,400.00	83,400.00
Veiculação da campanha					
TV	3 anos x \$ 1,825,000.00 (1)			5,475,000.00	5,475,000.00
Jornais	3 anos x \$ 1,599,998.00 (2)			4,799,994.00	4,799,994.00
Sub-total		65,000.00		10,423,394.00	10,488,394.00
3 - Financiamento de projetos					
Fundo disponível	15 projetos	240,000.00		480,000.00	720,000.00
Sub-total		240,000.00		480,000.00	720,000.00
4 - Assessoria para formulação de projetos					
Fundo disponível		48,439.34		96,878.68	145,318.02
Sub-total		48,439.34		96,878.68	145,318.02

¹ A área de educação tem sido opção preferencial das empresas que realizam investimento social no Brasil. Apesar de não se dispor de dados precisos, estima-se ser significativo o volume de recursos injetados anualmente por empresas nesta área. E, muito embora a maior parte destas empresas ainda se caracterize como operadoras - isto é, executoras de ações próprias -, esboça-se uma nova tendência à maior abertura a iniciativas de parceria e ao financiamento de ações propostas por terceiros. Empresas de comunicação já vêm apoiando iniciativas de ONG's, através da divulgação de

5 - Gerenciamento de sistema de produção e difusão de informações e conhecimentos					
Consultoria para concepção sistema de M&A p/ Programa		8,333.33			8,333.33
Oficinas c/ parceiros					
- passagens aéreas	15 part. X 2 of. X \$ 500.	15,000.00			15,000.00
- diárias	\$ 55.55/dia x 2 of. x 3d x 15 p	4,999.50			4,999.50
- aluguel espaço p/ oficinas	\$ 111. x 6 dias	666.00			666.00
Assessoria para elaboração de sistemas de M&A p/ 15 proj.					
- remuneração assessores	5d/proj x 5 proj x \$ 222.22 /d	5,555.50		11,111.00	16,666.50
- passagens aéreas	15 x \$ 500.	2,500.00		5,000.00	7,500.00
-diárias	\$ 55.55/dia x 5 dias x 15 proj.	1,388.75		2,777.50	4,166.25
-aporte dos parceiros	5 d x \$ 88.89/d x 15 projetos		6,666.75		6,666.75
Aplicação do sistema M&A pelas equipes dos projetos					
- remuneração equipe	1d/mês x 36 meses x \$ 88.89 x 15 projetos	5,333.33	32,000.61	10,666.66	48,000.60
- viagens de campo	\$ 55.55/d x 2 dias x 15	555.50		1,111.50	1,666.50
- compra / atualização equip. informática	\$1,444./proj x 15 projetos	7,222.22		14,444.43	21,666.66
Remuner. p/ sistematizar informações geradas	\$ 1,111.11 x 36 meses	20,000.00		20,000.00	40,000.00
Consult. p/ elaboração papers / aprendizagens	2/ano x 3 anos x \$ 8,333.33	16,666.67		33,333.33	50,000.00
Difusão de conhecimentos					
- publicações	1/ano x \$ 10,000. x 3 anos	10,000.00		20,000.00	30,000.00
- seminários	1/ano x \$ 20,666.67 x 3 anos	20,666.67		41 333.33	62,000.00
- visitas intercâmbio	(2vis / proj x 15 proj) x [\$ 500./ pass. aérea + (\$111.11/diária x 4 diárias)] + (4d x \$ 88.89/d x 15 parceiros anfitriões)	9,444.40		18,888.80	28,333.20
			5,333.33		5,333.33
Sub-total		128,331.87	44,000.69	178,666.55	350,998.62
Centros de custos / itens de despesa	Quantidade	Oxfam	Parceiros	Aliados	Total
6 - Núcleo de coordenação do programa					
Remuneração coordenador	1 x \$ 2,222.22 x 39 meses	86,666.67			86,666.67
Secretária	1 x \$ 444.44 x 36 meses	16,000.00			16,000.00
Passagens aéreas	2/ano x \$ 500. X 3 anos	3,000.00			3,000.00
Diárias	2 d/vg x 6 vg x \$ 111.11	1,333.32			1,333.32
Comunicações	\$ 100, x 36 meses	3,600.00			3,600.00
Equipamento informática	1 x \$ 2,777.78	2,777.78			2,777.78
Aluguel de sala	\$ 400. x 36 meses		14,400.00		14,400.00
Despesas com imóvel	\$ 50. x 36 meses		1,800.00		1,800.00
Outros custos (impostos, etc.)	15% dos custos diretos	17,006.66			17,006.66
Sub-total		130,384.43	16,200.00		146,584.43
TOTAL		750,000.00	76,400.69	11,294,405.33	12,120,805.61

Observações:

(1) Para este cálculo adotaram-se os seguintes parâmetros:

- Valor do minuto no ar = US\$ 500,00
- 5 emissoras de TV x 2 minutos/dia x 365 dias x US\$ 500,00 = US\$ 1,825,000.00
- Custo / ano de veiculação televisiva x 3 anos = US\$ 5,475,00.00

(2) Para a veiculação da campanha na imprensa escrita, foram adotados os seguintes parâmetros:

- custo médio de ½ página de jornal = US\$ 3,333.33
- 1 publicação semanal x 48 semanas / ano x 10 jornais x US\$ 3,333.33 = US\$ 1,599,998.40
- Custo de veiculação impressa x 3 anos = US\$ 4,799,995.20